
Balanço Financeiro - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

1. Estrutura Institucional do IFSul

A origem da Instituição remete ao Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas (ETP), integrada à administração pública direta. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, suas atividades acadêmicas iniciaram em março de 1945. Pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a ETP foi transformada em autarquia, passando a fazer parte da administração pública federal indireta. Já em 1965, teve alterada sua denominação para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). De acordo com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu a transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, em 19 de janeiro de 1999 foi institucionalizado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Por último, surge a figura do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do CEFET-RS.

O IFSul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. A estrutura do IFSul está baseada na Reitoria e nos 12 campus que o integram: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiiranga, Gravataí e Lajeado. Ainda conta com os Campus Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo. Assim, 13 Unidades Gestoras (UG) compõem o Órgão IFSul, código 26436, tal qual discriminado no Quadro 01.

Quadro 01 – Unidades Gestoras do IFSul

Código da UG	Descrição
158126	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE (Reitoria)
151878	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA
151879	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS BAGE
151895	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VISCONDE DA GRAÇA
151964	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/VENANCIO AIRES
154773	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/SANT.DO LIVRAMENTO
155143	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS GRAVATAI
155144	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS LAJEADO
155146	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPIRANGA
158338	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO
158339	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA
158340	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS
158467	INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS

Fonte: Siafi, 2018.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFSul são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Balanço Financeiro - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

As Demonstrações Contábeis consolidam as informações de todas as unidades gestoras vinculadas ao Instituto e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFSul, tendo por base as opções e premissas do modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional do IFSul é o Real.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham os registros que causaram impactos na conta Caixa e equivalentes de caixa.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e à Demonstração das Variações Patrimoniais detalham as variações mais significativas relativas aos créditos e valores a curto prazo. O ajuste para perdas de créditos a curto prazo de folha de pagamento é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos.

(d) Estoques

Os estoques abrangem as mercadorias para revenda, matérias-primas e almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos não tributários, ajustes para perdas de créditos, investimentos e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

Balanço Financeiro - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial detalham as principais variações relativas aos Bens Móveis e Imóveis do IFSul.

(g) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). No âmbito do IFSul, a grande maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito dos bens intangíveis.

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O valor depreciado dos bens imóveis do IFSul é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema Patrimonial Imobiliário da União (SPIUnet) e o método de cálculo para os bens móveis é o das quotas constantes. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais a respeito da depreciação/amortização dos bens móveis e imóveis e dos bens intangíveis do IFSul.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do IFSul são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial contêm informações adicionais referentes aos Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo do IFSul.

4. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

Conforme o Artigo 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro (BF) “demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”.

INGRESSOS

A tabela a seguir apresenta os valores referentes aos ingressos no IFSul até a data base de 30/06/2018.

Balanço Financeiro - Notas Explicativas – 2º Trimestre/2018

Tabela 01 – Ingressos - Total

	2018 (R\$)	2017 (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Orçamentárias	156.509,38	180.098,38	(13)	0,06
Transferências Financeiras Recebidas	216.740.233,32	197.637.262,59	9,67	80,27
Recebimentos Extra orçamentários	50.930.647,23	20.485.712,04	149	18,86
Saldo do Exercício Anterior	2.187.312,63	2.356.301,24	(7)	0,81
TOTAL	241.659.519,01	102.594.560,51	22	100

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2018.

Receitas Orçamentárias: No exercício de 2018 houve uma redução de 13% nas Receitas Orçamentárias em relação ao exercício de 2017. As Receitas Orçamentárias representaram apenas 0,06 % do total de ingressos.

Transferências Financeiras Recebidas: As transferências financeiras recebidas até 30/06/2018 representam na composição 80,27% do total dos ingressos, sendo 73,22% Resultantes da Execução Orçamentária e 7,05% Independentes da Execução Orçamentária. Houve aumento de 9,67% no total das Transferências Financeiras Recebidas em relação ao exercício de 2017.

Recebimentos Extra orçamentários: Representam 18,86% do total do Ingressos, sendo quase a totalidade referente a Restos a Pagar Não Processados (17,49%).

DISPÊNDIOS

A tabela 02 apresenta os valores referentes aos dispêndios no Instituto na data base de 30/06/2018.

Tabela 02 – Dispêndios - Total

	2018 (R\$)	2017 (R\$)	AV (%)	AH (%)
Despesas Orçamentárias	237.635.453,08	191.433.189,86	88,01	24,13
Transferências Financeiras Concedidas	18.253.266,87	16.227.181,32	6,76	12,49
Despesas Extraorçamentárias	11.753.843,70	11.186.139,15	4,35	5,08
Saldo para o Exercício Seguinte	2.372.138,91	1.812.863,92	0,88	30,85
TOTAL	270.014.702,56	220.659.374,25	100,00	22,37

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2018.

Despesas Orçamentárias: Este grupo tem a maior representatividade, 88,01% do total de dispêndios, dos quais 74,44% referem-se as Despesas Orçamentárias Ordinárias e 13,57% às Despesas Orçamentárias Vinculadas. Em 2018, as despesas orçamentárias somam R\$ 237.635.453,08, enquanto que em 2017 totalizavam R\$ 191.433.189,86, representando uma variação positiva de 24,13%.

Transferências Financeiras Concedidas: As transferências financeiras concedidas representam 6,76% dos Dispêndios, sendo 3,95% Resultantes da Execução Orçamentária e 2,81% Independentes da Execução Orçamentária. Houve aumento de 12,49% nas Transferências Financeiras Concedidas em relação a 2017.

Despesas Extra orçamentárias: Observa-se aumento de 5,08% de dispêndios referentes Despesas Extra orçamentárias em relação ao exercício de 2017. Quanto a composição, as Despesas Extra orçamentárias representam 4,35% do total de dispêndios.